

23/12/2016 - Telesíntese

Fundo Elliott vai propor plano de recuperação à Oi

Fundo abutre teria mantido contato com executivos, governo e Anatel desde outubro para ajustar oferta. Detalhes ainda não são conhecidos.

O fundo de investimentos Elliott Management vai também propor um plano alternativo de recuperação da concessionária de telecomunicações Oi. Segundo o jornal Valor Econômico, a proposta estaria quase finalizada, depois de ter sido refeita com novos dados financeiros da companhia.

O Elliott já havia se aproximado da empresa com uma proposta de aportar R\$ 10 bilhões em outubro, mas as negociações não andaram. Os motivos não foram revelados publi-

camente pela Oi, na época, que se limitou a dizer que faltou a materialização de uma "proposta firme". Desde então, segundo o Valor Econômico, o fundo vem contactando executivos da Oi, representantes do governo e da Anatel.

No Brasil, o fundo abutre já investe em telecomunicações. É dono de 2,7% da TIM, fatia esta adquirida em setembro. No plano para a Oi, seria preciso três a cinco anos para concluir uma reestruturação da tele.

23/12/2016 - Telesíntese

41% DAS EMPRESAS NÃO ENXERGAM RETORNO NOS INVESTIMENTOS EM IOT

Mesmo assim, mais de 70% das empresas estão procurando formas de aproveitar a internet das coisas em seus negócios



Estudo da 451 Research divulgado nesta semana indica que a internet das coisas é uma febre nas empresas, mas que nem todas enxergam como lucrar com a tecnologia. A estimativa, feita com base em pesquisa que ouviu mais de 1 mil companhias mundo afora e que compraram soluções IoT recentemente, é de que 41% delas ainda não conseguiu identificar o retorno do investimento feito (ROI) ou qualquer outro benefício depois de comprar soluções no segmento.

A falta de retorno evidente, no entanto, é a segunda preocupação dos departamentos de TI, responsável pelas compras

em IoT. A primeira é a segurança: para 50%, ainda um problema a ser resolvido. Estas questões não impedem que as empresas apostem na tecnologia. Ao menos 71% das companhias estão estudando como investir em IoT.

Entre quem já usa, a percepção é de que a IoT tem a função de coletar dados, que poderão render frutos depois de analisados e associados a suas estratégias de "big data" e "analytics". Os segmentos mais promissores indicados estão nos setores de finanças, indústria, saúde e segurança.



25/12/2016 - Rede Brasil Atual

Direitos ameaçados e a trincheira dos trabalhadores

No governo do golpe, volta-se aos tempos do ícone da elite paulista, Washington Luis, que presidiu o Brasil afirmando que "a questão social é questão de polícia"

Precarização e informalidade serão os resultados das ofensivas do governo Temer sobre a proteção aos direitos dos trabalhadores e demanda união para a luta por sua defesa

O Brasil começou a se democratizar com a Consolidação das Leis de Trabalho. No período que antecedeu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o presidente até hoje venerado pela elite paulista, Washington Luis (1926-1930), se notabilizou por frequentemente afirmar que "a questão social é questão de polícia".

A passagem para o período sob gestão de Getúlio foi notável, não apenas pelo começo do reconhecimento dos direitos da classe trabalhadora, mas também na forma de se dirigir aos brasileiros, chamando-os de "trabalhadores do Brasil".

Concomitantemente o Estado foi assumindo responsabilidades para garantir os direitos da classe trabalhadora, como a criação de ministérios como o do Trabalho e da Saúde, além de instituir a Previdência Social e a Justiça do Trabalho.

Naquele momento, o mercado deixava de ser o encarregado, junto com a polícia, de tratar das questões sociais.

Getúlio nunca foi perdoado por isso. Mesmo desenvolvendo uma política que promoveu a projeção da burguesia industrial como setor hegemônico na economia, nunca foi aceito por esta.

Um líder que encontrava sua legitimidade e as sucessivas vitórias eleitorais no apoio dos trabalhadores organizados em sindicatos, era visto por essa elite como seu maior adversário, a quem sempre combateu, desde o seu surgimento, em 1930, até sua morte, em 1954.

Essa elite seguiu combatendo o getulismo até o golpe de 1964, que interveio e destruiu a estrutura sindical para promover o arrocho salarial, o santo do "milagre econômico" da ditadura.

Mas a Consolidação das Leis do Trabalho sobreviveu a tudo isso, como conjunto de leis que garantem um mínimo de respeito e observância dos direitos da classe trabalhadora.

FHC pregou fortemente contra a CLT, estigmatizada como responsável por níveis de investimento empresarial abaixo do potencial, que se daria pelo suposto alto custo da força de trabalho.

O governo Lula e os que o seguiram até este ano provaram que nada disso é verdade. Que é perfeitamente possível promover um ritmo alto de crescimento econômico com garantia

dos direitos dos trabalhadores, a criação de dezenas de milhões de empregos com carteira assinada e a elevação do salário mínimo com ganhos reais em torno de 70% acima da inflação. Desmoralização cabal das mentiras sobre a CLT.

Atualmente porém, o governo Temer, surgido do golpe e pautado pela revanche contra os direitos adquiridos e consolidados nos governos do PT, retoma a mesma cantilena para criminalizar a CLT, os sindicatos e a luta dos trabalhadores. Como se os gastos com salário tivessem algum peso importante no preço final das mercadorias.

Volta-se aos tempos do ícone da elite paulista, Washington Luis – "a questão social é questão de polícia" –, de desreconhecimento dos direitos dos trabalhadores, de tentativa de enfraquecer a CLT, de promover semanalmente novas iniciativas que atentam contra as condições mínimas de dignidade das jornadas de trabalho. Diminuir a hora de trabalho de almoço, sob a alegação de que seria excessiva e dizendo que os trabalhadores podem comer um sanduíche com uma mão, enquanto operam a máquina com a outra.

Enquanto isso, na região da Avenida Paulista, nas proximidades da Fiesp, de onde é diretor o autor dessa barbaridade, eles almoçam lautamente, todos os dias, por duas horas e meia.

Como em todo regime que rompe com a democracia, os direitos dos trabalhadores são vítimas preferenciais. Busca-se criar as condições mais favoráveis à super exploração do trabalhador e à degradação das condições de trabalho. Expulsam milhões de trabalhadores da esfera dos contratos formais, protegidos pela CLT, para que sobrevivam em condições precárias, na informalidade e sem direitos. Formas cada vez mais selvagens do tal banco de horas, em que o trabalhador ficaria totalmente à disposição dos empresários, para trabalhar jornadas extenuantes, se o capital precisar, para depois ficar tempo longo sem trabalho.

Em torno da defesa da CLT, das condições básicas de trabalho, da luta contra o desemprego, se joga, em grande parte, o sucesso ou o fracasso do governo do golpe e do próprio golpe.

É hora de convencer setores cada vez mais amplos de trabalhadores de que sua trincheira indispensável de luta é o sindicato, para se defender da ofensiva diária contra a sua dignidade, para derrotar o governo golpista e sua tentativa de vingança contra o direito dos trabalhadores.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/12/2016 - REDE BRASIL ATUAL

CUT: 'Temer institucionaliza o bico e acaba com o Natal dos trabalhadores'

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, pacote de mudanças trabalhistas é ineficaz, inoportuno, autoritário e vai criar postos ainda mais precários

A CUT classificou como ineficaz, inoportuno e autoritário o projeto de reforma trabalhista anunciado nesta quinta-feira (22) pelo presidente Michel Temer (PMDB). Por meio de medida provisória (MP) enviada ao Congresso, o governo modifica regras sobre o contrato de trabalho temporário. E por um projeto de lei, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelece que o acordo firmado entre empresas e sindicatos dos trabalhadores prevaleça sobre a legislação trabalhista.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, o pacote é ineficaz porque não resolve a grave situação política, econômica e institucional que o país atravessa. "Além de não atacar a estagnação econômica, a crise da indústria e o desemprego que atinge milhões de famílias, não propõe a criação de empregos. É típico de um governo sem nenhuma credibilidade, que está com popularidade semelhante à de (Fernando) Collor quando assumiu a presidência, confiscando a poupança dos trabalhadores", criticou.

O conjunto de mudanças é avaliado como inoportuno por ter sido apresentado num momento de instabilidade política, social, econômica e institucional. "Está totalmente fora da realidade e não terá efeitos positivos; teria de ter sido apresentado em um outro momento, e não às vésperas do Natal, acabando com o fim de ano dos trabalhadores."

Questões referentes ao mercado de trabalho, segundo Freitas, são extremamente importantes para serem discutidas e encaminhadas de maneira unilateral, autoritária, sem amplo debate com representantes dos trabalhadores, em formato de medida provisória.

"O método só comprova o modus operandi de um governo ilegítimo, que não foi eleito e não tem preocupação com as relações sociais, nem com a opinião da sociedade, que demonstra a falta de compromisso dos golpistas com o povo, com a classe trabalhadora. Ao tomar essa decisão, o governo do golpista e ilegítimo de Temer demonstra mais uma vez o desrespeito para com a representação e a negociação de temas extremamente importantes para toda a sociedade", afirmou.

O presidente da CUT ressaltou que, ao contrário do que Temer afirmou à imprensa, a central não foi chamada e tampouco negociou o pacote com o governo. "Ao contrário do que disse o governo Temer, a CUT não foi chamada em momento algum para negociar mudanças na legislação trabalhista. A

CUT é contra toda e qualquer retirada de direito da classe trabalhadora e lutará para que isso não aconteça. Não vendemos direitos dos trabalhadores."

Ele lembrou que durante os governos anteriores, conduzidos pelo PT, não foi tomada nenhuma decisão sem diálogo com as centrais sindicais. Ao contrário, foi constituído fórum para a discussão entre as partes envolvidas.

Sem detalhes

Sem ter acesso à íntegra dos documentos enviados ao Congresso até a noite desta quinta-feira, a CUT desconhece detalhes do pacote. No entanto, não poupa crítica aos pontos divulgados pela imprensa, bem como a distorções intencionais na repercussão.

Freitas refutou o argumento do governo, do empresariado e da mídia corporativa de que a flexibilização das leis trabalhistas são necessárias para a criação de mais empregos. "Trata-se de medidas que atendem apenas a interesses do empresariado. Em vez de criar empregos, leis frouxas têm a finalidade de enfraquecer os direitos dos trabalhadores e os sindicatos, aumentando a precarização do trabalho e o lucro. Serão criados os chamados empregos intermitentes, em que o trabalhador ficará à disposição do empregador e só receberá e terá benefícios calculados sobre o período trabalhado".

Essa modalidade de contratação, conforme destacou, seria rejeitada pelo trabalhador em tempos de estabilidade econômica e situação de pleno emprego. "Mas com o desemprego, os trabalhadores acabam se sujeitando", disse.

Conforme anunciado pelo presidente Temer, a MP amplia para 120 dias a duração do contrato de trabalho temporário, que pode ser prorrogado por igual período. Atualmente, a vigência é de 90 dias, com prorrogação pelo mesmo tempo.

E a prevalência do acordo entre empresas e sindicatos dos trabalhadores sobre a legislação – negociado sobre o legislado – ganha peso de lei. Com isso, os acordos poderão prevalecer sobre a lei trabalhista em 12 situações, entre elas, o parcelamento das férias em até três vezes, a compensação da jornada de trabalho, os intervalos de intrajornada, o plano de cargos e salários, banco de horas e trabalho remoto, entre outros.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/12/cut-temer-institucionaliza-o-bico-e-acaba-com-o-natal-dos-trabalhadores-4665.html>

26/12/2016 - Vermelho

Juristas, intelectuais e movimentos sociais repudiam pacote de Temer

Em nota, juristas, intelectuais e movimentos sociais externaram apoio à nota da CTB e CUT que repudiou o pacote de maldades do presidente Michel Temer. Desde que assumiu a presidência, Temer lidera o maior desmonte dos direitos sociais e trabalhistas da história recente.

De acordo com a nota, as medidas adotadas para o país se convertem em "propostas que se colocam na contramão de história, na medida em que, enquanto na Europa discutem-se políticas de aumento do salário mínimo, no Brasil, apesar das imensas desigualdades sociais, alvitram-se medidas redutoras de direitos que mais atingem os que mais necessitam da proteção social, sacrificando o trabalho em detrimento do capital e sem qualquer aceno à redução dos juros, a um imposto de renda progressivo que não penalize os assalariados, à tributação da renda e das grandes fortunas".

Leia a íntegra da nota:

Quando o saco de maldades vira presente de natal

A reforma trabalhista inconstitucional proposta pelo governo Temer insere-se em um amplo pacote de maldades que atropela os direitos sociais, incluídos os do trabalho, evidenciando um modelo de Estado e de sociedade que já se comprovou nefasto em outros países, com políticas de austeridade propaladas como sendo a via única para recuperar a economia e equilibrar as contas públicas cujos resultados, porém, têm sido catastróficos em outros experimentos internacionais, não resultando em crescimento e em equilíbrio fiscal [1].

Nesse pacote, além da já aprovada PEC 55 (que congela o gasto público por vinte anos mas, por outro lado, permite a transferência de valores e riqueza aos rentistas do Tesouro), estão a Reforma da Previdência, penalizando os mais necessitados, e a Reforma Trabalhista que se expressa em projetos de lei em andamento (PLC 30/2015 que amplia a terceirização para quaisquer atividades, PEC 300/2016, entre outros) e nas recentes medidas anunciadas como "presente de natal" que, fundadas na tese da prevalência do negociado sobre o legisla-



do, rompem com o princípio da hierarquia dinâmica das fontes (que autoriza seja aplicada a norma mais benéfica ao trabalhador), aliás, uma das expressões do princípio da proteção, razão de ser do Direito do Trabalho.

O sistema constitucional de 1988, ao prever a força normativa dos acordos e convenções coletivas, condicionou sua validade e eficácia à observância dos princípios da dignidade humana e do valor social do trabalho, deixando

expresso no artigo 7º, caput, que às disposições inscritas nos incisos podem ser agregadas outras que "visem à melhoria das suas condições sociais".

Daí ser inconstitucional qualquer proposta que parta da possibilidade de redução ou supressão de direitos assegurados pela legislação trabalhista.

As medidas anunciadas como "presente de natal" são presente de grego para os trabalhadores e trabalhadoras do país, como diz nota conjunta da Central Única dos Trabalhadores, CUT, e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB, aqui integralmente endossada.

Essas medidas, fundamentadas em premissa equivocada e não comprovada empiricamente de que é flexibilizando a tela social de proteção que serão ampliados postos de trabalho e atingidos melhores índices de produtividade e competitividade, são inaceitáveis para os que têm ciência de que tais elementos somente poderão ser alcançados com a dinamização da economia, jamais com supressão de direitos que asseguram patamar civilizatório mínimo.

Ao consagrar, na lei, a supremacia do acordado sobre o legislado, as medidas, acaso aprovadas, ampliarão a margem para o empregador contratar e gerir a força de trabalho como lhe aprouver, segundo suas conveniências e necessidades, acirrando as inseguranças no mundo do trabalho e aprofundando a precariedade.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/291472-1>